

Do uso ao abuso da informação: que medidas tomar?

MARIA INÊS PEIXOTO BRAGA

Inesbraga@eu.ipp.pt
Instituto Politécnico do Porto

Resumo

De acordo com a globalização do século XXI, em que as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação imperam, permitindo um acesso alargado e fácil aos cidadãos do mundo à Informação, colocam-se questões importantes acerca do modo adequado de os indivíduos lidarem com a referida Informação que abunda em proporções tais que, muitas vezes, atingem a superabundância perigosa do *overload* informacional.

A evolução tecnológica, galopante, tem vindo a modificar o estatuto passivo do consumidor da informação, permitindo-lhe, nos tempos atuais, uma participação ativa, já que lhe é facultado o poder de produzir também a informação e divulgá-la, através de diversas Tecnologias da Informação e Comunicação, aos outros, tornando-o num chamado "prosumer", ou seja, produtor e consumidor da referida Informação.

Nesta conjuntura, novas competências deverão ser exigidas a todos que querem viver e sobreviver com sucesso numa Sociedade do Conhecimento com desafios novos. Esse caminho prepara-se nos bancos da Escola e fora dela, com uma formação que contribua para os jovens de hoje, nado-digitais, serem cidadãos info-incluídos, integrados e participativos na sociedade.

O presente estudo trata de questões relacionadas com a Formação para a Literacia da Informação no ensino superior, numa escola politécnica portuguesa, em que se incide na questão das competências de literacia, destacando-se aqui o uso ético da Informação e do plágio, através dos dados recolhidos num estudo empírico. Os instrumentos de recolha de dados foram questionários aplicados a docentes e estudantes de licenciatura.

Do cruzamento de perspetivas sobre o assunto parece resultar a necessidade do desenvolvimento da competência do uso ético da Informação através de estratégias de formação e com envolvimento institucional. Para tanto, deverá ser exigido, da parte dos intervenientes do processo de ensino-aprendizagem – estudantes, docentes, Bibliotecários, órgãos de gestão da instituição e outros - um trabalho colaborativo.

A aposta numa formação deste tipo, por ser transversal a qualquer curso de ensino superior do quadro de Bolonha, deverá ser uma prioridade que se tem adiado, por motivos vários, na maior parte dos casos, mas à qual se deverá atribuir a devida importância e visibilidade porque dela se colherão bons frutos. Esses refletir-se-ão em estudantes dotados de competências de Literacia da Informação essenciais para o seu sucesso académico, profissional e social e preparados para mobilidades várias, dentre as quais a internacional.

Palavras-Chave: Informação; literacia; formação; ética

ACERCA DO AB/USO DA INFORMAÇÃO

Nos tempos atuais, a proliferação de oceanos de Informação, omnipresente e facilmente disponível na internet, faz pensar na utilidade de alguém que ensine os indivíduos, desde cedo, a nadar, a pescar, a vencer obstáculos, possibilitando-lhes moverem-se em águas, tantas vezes, movediças. Vem à ideia uma boia ou um curso que evite que se afundem e lhes permita navegar e con/viver com tal realidade, estando cientes das dificuldades e perigos que podem correr, se não tomarem precauções, mas também percebendo vantagens que podem tirar de uns mares tão poderosos.

Infelizmente, há quem não esteja preparado e naufrague, devido à sedução de um uso abusivo da Informação, apesar de tantos avisos à navegação ou recomendações abundantes, na literatura, sobre a necessidade da utilização ética da informação. É, justamente, devido à que o plágio ocorre em áreas distintas, da ciência à literatura, do cinema à música, entre outras.

Para além dos casos que não vêm a lume, este ato ilícito envolve, por vezes, figuras mediáticas e organizações aparentemente insuspeitas, provocando perplexidade e escândalo, na opinião pública. As consequências deste procedimento condenável são sempre ruinosas para os indivíduos que usam a informação de forma fraudulenta, podendo acarretar, a curto ou longo prazo, graves prejuízos pessoais, morais ou financeiros. Para além do descrédito pessoal, o plágio pode arruinar carreiras, expondo os indivíduos a processos disciplinares e penais ou sanções pecuniárias.

Na vida académica, esta é também uma questão preocupante e grave que ocorrerá porque os estudantes não sabem ou não querem saber do uso ético da informação. A partir do estado da arte e com base num estudo efetuado numa instituição de ensino politécnica, pretende-se contribuir para analisar, de forma mais profunda, uma realidade indesejável e quiçá deixar contributos para a combater.

DAS TEORIAS ÀS PRÁTICAS: O USO IN/DEVIDO DA INFORMAÇÃO

O estudo empírico ocorre na Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto, no ano de 2010, e consiste numa reflexão sobre uma competência de Literacia da Informação - “uso seguro, legal e ético da informação e da tecnologia” -, bem como sobre o plágio.

Contextualizando a investigação, refira-se que ela se integra numa outra, mais alargada, sobre a Literacia da Informação na referida instituição, sendo conveniente, antes de mais, avançar com um dos possíveis conceitos de LI, este emanado do Chartered Institute of Library and Information Professional que assim a define: “*Information literacy is knowing when and why you need information, where to find it, and how to evaluate, use and communicate it in an ethical manner*” (CILIP, 2008).

A competência de LI em foco é uma, dentre várias compulsadas de vários Referenciais de Literacia da Informação, de âmbito internacional, analisados no estado da arte, tendo-se selecionado, no presente estudo, sete delas.¹

Destaca-se, desses Referenciais uma atenção e recomendações constantes em relação à necessidade de aquisição desta competência de LI relacionada com a Ética.

Citem-se, por exemplo, os *NETS-S* (ISTE, 2007) que, intitulado o seu 5º ponto como “cidadania digital”, referem a necessidade de os indivíduos usarem a informação e tecnologia, de forma segura, legal e responsável.

¹ O critério que presidiu à seleção das referidas competências consistiu na importância/recorrência com que são referidas nos referidos Referenciais, a saber: i) Autonomia na aprendizagem, ii) Trabalho em equipa, iii) Desenvolvimento do pensamento crítico, iv) Comunicação da informação, usando os meios adequados, v) Uso seguro, legal e ético da informação e da tecnologia, vi) Pesquisa da informação para a resolução de problemas, vii) Avaliação da quantidade, qualidade e relevância da informação selecionada.

Em *Information Literacy Standards for Student Learning: Standards and Indicators* (ALA, 1998), no standard nº 8 é mencionado que o estudante deve aplicar princípios e práticas que reflitam altos padrões éticos para o acesso, avaliação e utilização da informação, seja ela impressa ou eletrónica. Há referências concretas à necessidade de respeitar os princípios da liberdade intelectual, da propriedade intelectual e da utilização responsável da tecnologia da informação.

De igual forma, em *Information Literacy Competency Standards for Higher Education* (ALA, 2000) no seu 5º standard, refere-se que um estudante com competências de LI deve aceder e usar a informação de forma ética e legal, devendo lidar com questões afetas à privacidade e segurança, em contextos impressos ou eletrónicos, bem como compreender os princípios da propriedade intelectual e do copyright.

Dentre outros aspetos, estes referenciais devotam atenção à participação dos estudantes em discussões eletrónicas, recomendando a observância de práticas aceites (“Netiquette”). De realçar a referência expressa de que devem demonstrar compreensão do que é plágio, não devendo atribuir trabalhos de terceiros a si próprios.

No 6º item dos referenciais *The Australian and New Zealand information literacy framework* (Bundy, 2004), é mencionado que os estudantes com competências de LI devem atuar em conformidade com convenções e etiqueta relacionada com o acesso e utilização da informação e que devem obter, armazenar e divulgar textos, dados, imagens ou sons, de forma legal.

A amostra dos docentes integra 77 indivíduos que lecionam nas licenciaturas da ESEIG e **a dos estudantes** perfaz um total de 506 indivíduos que frequentam, em 2010, o 1º e 3º ano das oito licenciaturas existentes na instituição, a saber: *i)* Contabilidade e Administração; *ii)* Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação; *iii)* Design; *iv)* Engenharia Biomédica; *v)* Engenharia Mecânica; *vi)* Engenharia e Gestão Industrial; *vii)* Gestão e Administração Hoteleira e *viii)* Recursos Humanos².

A seleção dos estudantes de 1º e 3º anos deve-se ao facto de se pretender comparar o seu comportamento, no início e na conclusão do curso, com o objetivo de se verificar se a formação superior contribui (e de que formas) para o aumento dos níveis de Literacia da Informação dos estudantes, o que é, afinal, o objetivo geral da investigação mais alargada levada a cabo.

As técnicas de recolha de dados aqui utilizadas são os questionários online, gerados através do software QuestionPro, ministrados aos docentes e estudantes, integrando, em ambos os casos, algumas questões comuns, para mais fácil comparação de perspetivas de ambos os grupos de inquiridos.³

Passando, agora, à análise das respostas, quando interrogados os **docentes**, num total de 77, sobre se **já detetaram situações de plágio nos trabalhos dos estudantes**,

² Para além dos docentes e estudantes, também foram implicados, na investigação, os Responsáveis pelas Coordenações das licenciaturas em estudo, bem como a Bibliotecária da instituição, os quais, para as questões específicas presentemente em análise não tiveram intervenção.

³ Para além destas técnicas de recolha de dados, na investigação alargada, lançou-se mão da pesquisa documental e de entrevistas semi-estruturadas realizadas aos Coordenadores/Responsáveis pelas Coordenações das licenciaturas em estudo e à bibliotecária da instituição.

74% afirmam que sim, o que significa que uma maioria bastante significativa já lidou com situações académicas de uso ilegal da informação.

Tais resultados permitirão interpretar que cerca de 3/4 dos docentes estão atentos à **ocorrência do plágio**, podendo admitir-se que 26% de docentes que afirmam não terem detetado plágio não estão atentos ou preocupados com essa situação ou ainda que os estudantes destes docentes não cometem plágio.

Quanto à **frequência de situações de plágio** em trabalhos dos estudantes, a maioria dos 55 respondentes, avalia-a como pouco frequente e nada frequente, sendo contabilizado, nestes dois níveis da escala de Lickert, um total percentual de 54,6%. Ora, embora estes números que expressam a maioria das respostas apontem para um baixo índice de frequência de plágio, julgamos demasiado alta e preocupante a percentagem de 45,4% de docentes que avaliam a ocorrência do plágio, no mínimo frequente.

Dentre as **medidas tomadas pelos docentes, na sequência de terem detetado plágio nos trabalhos académicos**, segundo ordenação percentual decrescente, aquela que reúne maior percentagem é a solicitação de reformulação do trabalho (44,6%), seguida da reprovação do estudante, mas possibilitando-lhe a repetição da avaliação nesse ano escolar (19,6%) e, em terceiro lugar, a avaliação do trabalho plagiado, mas com penalização (16,1%). A medida mais radical - a reprovação do estudante - adotada por 12,5% dos respondentes, ocupa o 4º lugar, enquanto a medida mais leve - a repreensão oral - é adotada apenas por um docente.

Em penúltimo lugar, a opção “outras”, corresponde a três respostas abertas, a saber: *i)* solicitação da reformulação da parte plagiada e, em casos extremos, a repetição do trabalho na íntegra, sob pena de reprovação; *ii)* trabalho anulado e *iii)* renúncia à orientação.

Destas respostas, pode interpretar-se que o comportamento dos docentes perante um ato académico ilícito é, maioritariamente, pouco radical, dando uma segunda oportunidade ao estudante infrator. Dentre as possibilidades de atuação apresentadas na questão de resposta múltipla, são quase inexistentes os que optam por uma medida considerada leve, tal como a repreensão oral, bem como poucos os que optam pela mais grave – a reprovação, sem mais oportunidades.

Medidas pós plágio	Frequência	%
Reprovou o estudante	7	12,5
Reprovou, mas possibilitou repetição nesse ano	11	19,6
Repreendeu oralmente	1	1,8
Solicitou a reformulação do trabalho	25	44,6
Avaliou o trabalho plagiado, mas com penalização	9	16,1
Outras	3	5,4
Total	56	100,0

Tabela 1: Medidas tomadas após deteção de plágio: docentes

Sendo solicitado a estudantes e docentes que classifiquem **o plágio quanto à gravidade**, através de uma escala de lickert, de 1 a 5, em que 1 corresponde a “nada

grave” e 5 corresponde a “muito grave”, a maioria dos inquiridos considera-o muito grave. Registe-se que uma esmagadora maioria de 92,2% de docentes o consideram muito grave, enquanto apenas 51,2% de estudantes o perspetiva como tal. Embora a percentagem de estudantes a classificarem-no como muito grave seja bastante menor do que a dos docentes, observa-se uma percentagem bastante significativa de estudantes (43,9%) que o considera como bastante grave e grave.

Aplicado o T-teste, observa-se que a média de respostas dos docentes é de 4,91 e a dos estudantes é de 4,26, registando-se uma diferença de opiniões estatisticamente significativa.

Em todos os cursos, o plágio é considerado, no mínimo, bastante grave. Maioritariamente, observa-se que os estudantes de 3º ano o avaliam como mais grave do que os de 1º ano. Em CTDI, Design, EB e EM, os estudantes de 1º ano avaliam-no como bastante grave, enquanto os de 3º ano o avaliam como muito grave, registando-se diferenças estatisticamente significativas. Para além destes cursos, no de GAH, a média obtida nas respostas do 3º ano também é superior à do 1º ano, o que nos pode levar a pensar que uma maior exposição dos estudantes à formação pode produzir perceções mais corretas acerca de determinadas competências.

Licenciatura	Ano do curso	N	Média	Desvio padrão	t-test
Contabilidade e Administração	1º	89	4,15	0,948	0,677
	3º	62	4,08	0,946	
Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação (CTDI)	1º	23	4,35	0,775	0,003
	3º	14	4,93	0,267	
Design	1º	44	4,27	0,924	0,009
	3º	24	4,75	0,532	
Engenharia Biomédica (EB)	1º	23	3,91	1,276	0,038
	3º	11	4,64	0,674	
Engenharia Mecânica (EM)	1º	26	3,77	0,863	0,000
	3º	12	4,92	0,289	
Engenharia e Gestão Industrial (EGI)	1º	24	4	1,103	0,275
	3º	16	4,38	0,957	
Gestão e Administração Hoteleira (GAH)	1º	45	4,09	0,996	0,187
	3º	24	4,42	0,929	
Recursos Humanos (RH)	1º	39	4,51	0,683	0,467
	3º	28	4,39	0,629	

Tabela 2: Perceção do plágio, quanto à gravidade: estudantes (por cursos e por anos)

Quanto às causas do plágio, quando interrogados, os estudantes e docentes, em questão de resposta múltipla, na distribuição das respostas também se verificam diferenças. Assim, para os estudantes, a causa que reúne maior percentagem de respostas é a “má gestão do tempo, por parte dos estudantes, para realizarem os trabalhos solicitados” (30,2%), enquanto para os docentes é a “desvalorização, por parte dos estudantes, de questões éticas relacionadas com a Informação” (37,1%).

A segunda opção mais indicada pelos estudantes é a “dificuldade, por parte dos estudantes, da utilização prática da formação para a LI” (26,1%), enquanto para os docentes é a “má gestão do tempo...” (18,5 % *Ex aequo*) e “falta de formação para a LI” (18,5 % *Ex aequo*).

Ora, sendo a questão do tempo mal gerido pelos estudantes uma das razões mais apontadas por estudantes e por docentes (em 2º lugar), tal poderá ser interpretado à luz de diferentes razões *i*) prioridades dos estudantes centradas em domínios diferentes do académico; *ii*) fragilidades a nível dos ciclos de ensino, já que, eventualmente, nos ensinos secundário e superior não se terá proporcionado uma aprendizagem de algo básico.

O facto de os docentes considerarem a “desvalorização, por parte dos estudantes, de questões éticas relacionadas com a Informação” como a causa principal para estes cometerem plágio coloca o problema num nível de ordem pessoal, de consciência ética, de ausência de valores dos indivíduos em processo de formação. Poder-se-á interpretar que os docentes pensam que, embora os estudantes saibam como lidar corretamente com a Informação, não o fazem, por não quererem pôr em prática os valores éticos que devem presidir ao uso da Informação.

Também a “dificuldade, por parte dos estudantes, da utilização prática da formação para a LI” a segunda opção mais referida pelos estudantes, pode relacionar-se com uma desvalorização da componente ética. Pode interpretar-se que os estudantes julguem difícil pôr em prática competências de LI, eventualmente devido a motivos relacionados com a tentação do uso fácil da informação. O recurso ao “copy paste”, sem a observância das devidas regras de citação/ referência bibliográfica, ainda será para muitos (in?)conscientes e incautos - uma possibilidade de ludibriar terceiros e de alcançar objetivos de forma fácil e rápida.

Esta mesma opção é também, para os docentes, uma das que ocupa lugar cimeiro - o terceiro lugar, numa ordenação percentual decrescente, podendo tal significar que reconhecem que o problema do plágio se centra nos estudantes pois são eles que não conseguem implementar, na prática, as competências adquiridas numa formação que ocorreu com o objetivo de o evitar.

Quanto à questão da “falta de formação para a LI” (a segunda mais apontada pelos docentes) ela coincide com uma realidade institucional de baixo investimento formativo, a nível da LI.

Será interessante registar o teor crítico de três escassas respostas abertas dadas pelos docentes acerca doutros motivos para a ocorrência do plágio: *i*) inexistência de rigor pedagógico e académico, respetivamente por parte dos professores e alunos, bem como inexistência de valores éticos e morais na sociedade; *ii*) referência à preguiça, influência positiva da Metodologia da Investigação e flagrante falta de vontade de os estudantes aprenderem e *iii*) desonestidade de alguns alunos e má formação moral.

Nas vinte e oito respostas abertas dos estudantes sobre outras causas do plágio, de acordo com a análise de conteúdo efetuada, criaram-se cinco classes, a saber: *i*)

dificuldades pessoais e outras; *ii*) falta de tempo; *iii*) constrangimentos relacionados com docentes; *iv*) defeitos assumidos pelos estudantes; e *v*) falta de formação.

Na primeira classe referida, destacam-se as seguintes dificuldades: *i*) falta de espírito de síntese e de pensamento crítico; *ii*) falta de poder de argumentação e autonomia; *iii*) falta de espírito crítico e desinteresse pela matéria abordada e *iv*) receio de perda de informação importante; *v*) falta de informação fidedigna; *vi*) informação incompleta e *vii*) falta de identificação das fontes.

A falta de tempo é complementada com as agravantes de se ser trabalhador-estudante e de excesso de trabalhos (em quatro respostas).

Constrangimentos imputados aos docentes são indicados por seis estudantes, com três referências a excesso de trabalhos; um outro refere que os docentes não verificam se ocorre plágio, enquanto outras duas respostas referem o tempo reduzido para a realização dos trabalhos e a componente pouco significativa, a nível da avaliação.

Na classe dos defeitos, são mencionados dois deles, em três respostas. A preguiça ocorre em três respostas; o facilitismo em duas delas e a falta de maturidade, o desleixo e a ignorância também são mencionados.

A ausência de formação no ensino secundário é referida por três estudantes, sendo verbalizada a desvalorização do plágio, ausência de formação sobre questões éticas relacionadas com a Informação, bem como sobre resumos e referências bibliográficas. O discurso de 1ª pessoa de quem assume ter plagiado é bem elucidativo de que também no ensino superior existem problemas, sendo a formação escassa ou inexistente: “Muitas das vezes que cometi plágio no primeiro ano deveu-se ao facto de não saber fazer melhor. Não há nem uma disciplina nem um manual que nos ensine como citar corretamente.”

Outras causas do plágio	Frequência	%
Dificuldades pessoais e outras	7	25,0
Falta de tempo	6	21,4
Constrangimentos relacionados com docentes	6	21,4
Defeitos assumidos pelos estudantes	5	17,9
Falta de formação	4	14,3
TOTAL	28	100,0

Tabela 3: Outras Causas do plágio: estudantes

CONCLUSÃO: NO OCEANO DA INFORMAÇÃO NÃO HÁ MILAGRES DE PEIXES

No oceano da Informação, o peixe é visível, abundante, está bem perto, é tentador, apetitoso e até fácil de pescar, já que existem vários instrumentos para o efeito mas não haverá boa pesca nem milagres de peixes que saciem a fome se alguém não ensinar a pescar. Não basta ter os instrumentos; é preciso dominar estratégias, técnicas e regras adequadas para a pescaria pretendida e saber separar o peixe miúdo do restante, para que a refeição satisfaça os comensais e tenha qualidade.

Ora tais procedimentos, no contexto da pesquisa, seleção, avaliação e uso ético da Informação não são, ao contrário do que muitos possam pensar, competências inatas dos bons pescadores porque esses, embora possam ter aprendido, por si, tiveram, seguramente, algum mestre que os orientou.

Será também porque se possa pensar que a maioria dos estudantes, por serem nado-digitais, já sabem navegar e pescar adequadamente nos mares da Informação -, sedutores mas potencialmente perigosos - que não se presta a devida atenção a algo que é básico para a sobre/vivência de tais pescadores, afinal mal preparados para lidarem com a complexidade das águas em que têm de se mover?

É que, mau grado a apetência natural e empatia dos jovens perante as Novas Tecnologias, também eles, de facto, não nascem ensinados e pode ser falacioso que um aparente à-vontade tecnológico signifique ter competências de LI... Para transformar a Informação numa mais-valia, não será suficiente que os indivíduos consigam manter-se, aparatosamente, à tona da água mas sim que sejam treinados para alcançarem, rapidamente e em segurança, o seu porto seguro.

Nesta sociedade onde impera o digital, os “mestres” que podem e devem preparar os indivíduos para a sobrevivência em mares instáveis, porventura, traiçoeiros, serão a família, amigos e outros membros da sociedade, os quais podem contribuir para aprendizagens informais. Para além dessas, deverão ser garantidas aprendizagens formais, sendo a Escola o contexto que, por excelência, pode contribuir para tal. E dentro de portas, abram-se portas à colaboração de agentes educativos vários, no âmbito da Formação para a LI: no epicentro, os estudantes; os professores e bibliotecários, como mediadores, coadjuvados pelas Direções e por entidades e Serviços vários, num trabalho colaborativo que urge incrementar.

E que a abertura se perpetue entre Escola e Sociedade, que aquela não se feche nas suas quatro paredes, sobretudo numa época em que tal não faz mais sentido porque as Novas TIC são omnipresentes e fazem derrubar muitos muros. E a Escola também deve atuar nessa linha, através dessas novas tecnologias, possibilitando aprendizagens múltiplas, motivadoras e interessantes para os estudantes e não exclusivamente presenciais porque a comunicação presencial pode ser estrategicamente combinada com a virtual.

Para que as instituições de ensino sejam apetecíveis e cumpram bem a sua missão formadora devem centrar, antes de mais, as suas atenções naqueles que pretendem formar. Elas não podem continuar a ignorar os novos cromossomas daqueles estudantes nado-digitais, com as teclas nos dedos, que trocam, desde tenra idade, o odor do papel pelo toque lúdico no ecrã, que clicam em teclas e links, numa lógica de leitura híper-textual e que lêem em monitores e sabem que é certo aceder, fácil e rapidamente, à informação. Restará saber se é fidedigna a informação recuperada, e se se verifica a sua adequação às necessidades e objetivos do sujeito que a procura.

Mau grado a possibilidade de ocorrerem equívocos in/voluntários, porque a partilha de um espaço virtual comum pode gerar a tentação de apropriação indevida

de algo que parece de todos, importa ressaltar junto destes consumidores e produtores da Informação, os chamados “prosumers”, que os direitos de autoria e de propriedade intelectual devem ser sempre salvaguardados.

Perante o uso e tentação do abuso da Informação, a principal medida a tomar é a aposta da Formação. À Escola compete contribuir, de modo formal e colaborativo, para tal; aos indivíduos que ela formar compete decidirem, em liberdade, consciência e responsabilidade, se pretendem pôr em prática as competências que lhes foi dado desenvolver.

Concluindo, os bons pescadores não nascem ensinados, precisam de ser bem informados e dotados de novas competências para que, desde que queiram, se possam mover com sucesso pessoal, académico, social e profissional nos mares da Informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bundy, A. (Ed) (2004). *Australian and New Zealand Information Literacy Framework: principles, standards and practice*. 2nd ed. Adelaide: Australian and New Zealand Institute for Information Literacy. Disponível em <URL: <http://www.anziil.org/resources/Info%20lit%202nd%20edition.pdf>>. Acesso em 20.01.2007.

OUTRAS REFERÊNCIAS

ALA. AASL (American Association of School Librarians); AECT (Association for Educational Communications and Technology) (1998). *Information Literacy Standards for Student Learning: Standards and Indicators*. Chicago: ALA. AASL: AECT. Disponível em <URL: http://www.ala.org/ala/aasl/aaslproftools/informationpower/InformationLiteracyStandards_final.pdf>. Acesso em 20.01.2007.

ALA. AASL (American Association of School Librarians); AECT (Association for Educational Communications and Technology) (2000). *Information Literacy Competency Standards for Higher Education*. Chicago, Illinois: ALA. Disponível em <URL: <http://www.ala.org/ala/acrl/acrlstandards/informationliteracycompetency.htm>>. Acesso em 20.01.2007.

CILIP (Chartered Institute of Library and Information Professional) (2008). *Information literacy: Definition*. Disponível em <URL: <http://www.cilip.org.uk/policyadvocacy/learning/informationliteracy/definition/default.htm>>. Acesso em 14.10.2008.

ISTE (International Society for Technology in Education) (2007). *National Educational Technology Standards for Students (NETS-S)*. ISTE. Disponível em <URL: http://www.iste.org/Content/NavigationMenu/NETS/ForStudents/2007Standards/NETS_for_Students_2007_Standards.pdf>. Acesso em 30.10.2008.